

ACTA Nº. 36
Reunião extraordinária da Câmara
Municipal de Portalegre, realizada
em 19 de Dezembro de 2002.

Aos dezanove dias do mês de Dezembro do ano dois mil e dois, nesta cidade de Portalegre e sala das reuniões do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Portalegre sob a presidência do Senhor Presidente, José Fernando da Mata Cáceres, com a presença dos Senhores Vereadores, Amílcar Joaquim de Jesus Santos, António Fernando Ceia Biscainho, António Maria Petas Chaparro, Luís Filipe Costa Calado, Luís Manuel Madeira Pargana e Sérgio Vasco Dias Luz. -----

Estavam igualmente presentes os Senhores, José Manuel Gandum, Técnico de Contabilidade de 2.ª Classe, Maria da Ascensão Maças Morais, Chefe de Divisão Financeira, António José Borralho Ramalho, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, comigo, Maria de Fátima Tavares Chichorro e Silva Capote, Chefe de Divisão Administrativa e Recursos Humanos. -----

ORDEM DO DIA:

=====

Iniciou-se a ordem do dia, entregue a todo o executivo e elaborada nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na sua redacção actual, eram 9.00 horas.-----

ACTA:

=====

Nominalmente votada as acta n.º 35 da reunião extraordinária, cujo texto foi previamente entregue a cada um dos membros da Câmara, foi a mesma aprovada por unanimidade:-----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS:

=====

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS:

=====

ORÇAMENTO – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS:

Presente o orçamento e o plano plurianual de investimentos dos Serviços Municipalizados, para o ano 2003. -----

DELIBERAÇÃO (nominal): a Câmara tomou conhecimento e deliberou, aprovar, por unanimidade, tal documento, que apresenta um total de 3.550.000 €, sendo de receitas de capital 1.222.000 € e correntes, 2.328.000 € e igual valor na despesa.-----

DELIBERAÇÃO (nominal) : a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o documento acima indicado e a respectiva acta em minuta.-----

Mais deliberou, por unanimidade, submeter esta deliberação à **Assembleia Municipal**.-----

PLANO DE ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS:

Presente o plano de actividades dos Serviços Municipalizados, para o ano 2003, aprovado em reunião ordinária dos respectivos serviços.-----

DELIBERAÇÃO (nominal): a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar tal documento e a respectiva acta em minuta.-----

Mais deliberou, por unanimidade, submeter o assunto a deliberação da **Assembleia Municipal**.-----

Os Senhores Vereadores António Chaparro e Amílcar Santos apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

“ Os Vereadores Amílcar Santos e António Chaparro, em representação do Partido Socialista no Executivo da Câmara Municipal de Portalegre, votam favoravelmente o Orçamento e o Plano de Actividades dos Serviços Municipalizados por considerarem estar-se na presença de documentos que consubstanciam a estratégia política assumida pelo Executivo anterior, assistindo-se à inscrição de obras iniciadas ou com projectos aprovados.

O presente voto favorável passa, também, pelo facto de que nestes documentos não se reflecte a intenção, manifestada em sede do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, pelo respectivo Presidente, de provocar um

aumento substancial das tarifas de água e aluguer de contadores a suportar pelos munícipes.

Portalegre, 23 de Dezembro de 2002 ”

CONTABILIDADE:

=====

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2003:

Presente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2003, para apreciação e discussão de todos os membros do executivo.-----

Discutidos e apreciados os documentos em causa por todos os membros do executivo, disse o Senhor Presidente que os mesmos traduziam um longo trabalho e dentro das receitas possíveis, as opções tomadas foram também as possíveis, tendo em conta a grande condicionante financeira que tem de equilibrar um trabalho desta natureza.-----

Os Senhores Vereadores Amílcar Santos e António Chaparro entregaram então um documento manuscrito contendo a designação de vários projectos, com a verba inscrita no documento correspondente ao ano de 2003 e a verba que para os mesmos era por si proposta. Documento que se anexa e faz parte integrante da respectiva acta.-----

O Senhor Presidente disse que de acordo com as verbas propostas, e as verbas já consideradas, iriam ser trabalhados os documentos “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2003” por forma a avaliar a viabilidade de contemplar tais valores. -----

Decidiu então a Câmara interromper os trabalhos, para almoço e para o efeito atrás referido, eram 14, 10 h e retomar os mesmos no dia seguinte pelas 09 h.-----

RECOMEÇO DOS TRABALHOS:-----

Estando todos os membros do executivo presentes na sala, deu o Senhor Presidente início à reunião, eram 09 horas e distribuiu a todos os membros do mesmo um exemplar do documento com as alterações por si consideradas possíveis de entre os constantes da proposta apresentada pelos Senhores Vereadores Amílcar Santos e António Chaparro.-----

Apreciadas e analisadas estas disse o senhor Vereador Amílcar Santos que consideram que só foi aceite uma das suas propostas “Festival da Juventude”, que passou de 60.000 para 80.000 euros. As outras foram inscritas como verbas não definidas, logo não aceites para o ano económico de 2003, ano a que se reporta o Orçamento em discussão. Apenas teriam consagração como verbas não definidas a considerar nos Orçamentos de 2004 e 2005. -----

DELIBERAÇÃO (nominal):O Senhor Presidente pôs o assunto à votação tendo sido deliberado, por cinco votos a favor e duas abstenções dos Senhores Vereadores Amílcar Santos e António Chaparro, aprovar, por maioria, “As

Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara para o ano de 2003 e aprovar a respectiva acta em minuta.-----

O Orçamento apresenta uma receita total de 40.082.286 €, sendo 12.429.560 euros corrente e 27.652.726 euros de capital e igual valor na despesa.-----

Mais deliberou, por unanimidade, submeter esta deliberação a aprovação da **Assembleia Municipal**.-----

O Senhor Presidente agradeceu a toda a equipa o trabalho feito e agora aprovado e desejou um Bom Natal.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO

“Os vereadores Amílcar Santos e António Chaparro, em representação do Partido Socialista, no Executivo da Câmara Municipal de Portalegre abstêm-se na votação para aprovação dos Documentos Provisoriais da Câmara Municipal para o ano financeiro de 2003.

À semelhança do ocorrido na discussão do orçamento e plano de actividades para o ano de 2002, fomos confrontados com a disponibilização tardia da documentação necessária para uma participação construtiva e democrática de tão importantes instrumentos da gestão autárquica.

Considerando que o orçamento e o plano de actividades de uma Câmara Municipal são o suporte das intenções e das propostas de desenvolvimento do Concelho, parecer-nos-ia que o envolvimento de todo o Executivo Camarário seria uma meta estratégica a atingir.

Ora, tendo os documentos em causa sido entregues nos dias 12 e 18 de Dezembro, decorrendo as reuniões extraordinárias para debate dos mesmos nos dias 16 e 19 de Dezembro, torna-se evidente a escassez de tempo para uma análise cabal e aprofundada das propostas inscritas no orçamento e plano de actividades para o ano de 2003.

Ainda assim, os presentes documentos merecem-nos os seguintes comentários:

1.- Constata-se, pelo segundo ano consecutivo, um acréscimo significativo das despesas correntes. Assim, verifica-se um **aumento de 24% nas despesas correntes gerais**, tendo o órgão **Câmara Municipal** sido contemplado com um **crescimento de 29%** neste tipo de despesas.

2.- Nos documentos apresentados pela maioria do Executivo surgem contempladas propostas de criação de novas taxas – recolha de resíduos sólidos urbanos e aumentos bastante elevados de outras existentes – águas residuais.

Novos impostos para os Portalegrenses!

Tal contraria uma política social que defendemos. Tanto mais que no presente ano surgem inscritas receitas extraordinárias de 700.000 euros de protocolos

assinados com o Instituto Nacional da Água, de obras realizadas pelo Executivo Camarário anterior e 5.000.000 de euros da venda de imóveis a receber do IGAPHE, gratuitamente.

3.- O presente Orçamento e Plano de Actividades concentra todos os grandes investimentos na cidade, descurando os necessários e legitimamente solicitados nas Freguesias Rurais. Não surge consagrada, nos documentos, a tão apregoada delegação de competências nas Juntas de Freguesia, verificando-se que a distribuição das diminutas verbas não obedecem a nenhum critério de discriminação positiva, nem são equitativas. Verifica-se, também, que as verbas a transferir para as Juntas de Freguesia baixam em 26% relativamente ao orçamento para 2002 e simultaneamente baixam 20% em relação ao previsto no Plano Plurianual de Investimento para 2003, consagrado no plano de 2002.

Reportando-nos, agora, a intervenções sectoriais do Orçamento e Plano de Actividades, destacam-se as seguintes:

1.- Não implementa o plano estratégico do Parque Industrial, nomeadamente no que respeita à Gestão e Serviços de Apoio.

2.- Não sustenta nenhuma política de formação dos funcionários do Município, em geral. São inscritas verbas apenas para formação de um pequeno número de funcionários da Biblioteca Municipal.

3.- Continua a não prever verba suficiente para a construção do tão necessário Pavilhão Multiusos – com projecto aprovado pelo Executivo anterior.

4.- Não é assumido propósito de avançar com a construção do Centro Cultural dos Assentos, cuja importância e liderança prioritária foi anunciada pelo Sr. Eng^o. Mata Cáceres, com pompa e circunstância, na comunicação social local.

5.- Não surgem inscritas verbas que permitam a implementação da segunda fase da Requalificação Urbana do Bairro do Atalaião, nem se prevê a execução das obras no Bairro dos Assentos, cujos projectos foram deixados pelo Executivo anterior e “ aprovados ” pela população local em apresentação publica realizada.

6.- É inscrita uma verba meramente simbólica para a construção da Extensão do Centro de Saúde da Urra, sendo que, no que concerne à extensão de Caia, apenas se prevê a substituição da cobertura, quando, no nosso entender será desejável e necessário a ampliação deste equipamento.

7. – A verba para dinamização da Comissão Especializada de Fogos Florestais, da responsabilidade do Município, é manifestamente reduzida.

8. - Não são previstas verbas que manifestem intenção de implementação de sinalização rodoviária e de segurança nas vias que foram construídas, beneficiadas ou pavimentadas nos últimos anos, bem como da instalação de sinalização turística nas Freguesias Rurais.

9. – Não se encontram inscritas verbas para a criação do “ ninho ” das Associações Juvenis, nem para aquisição do terreno para instalação da **Pousada da Juventude de Portalegre** – processo herdado do Executivo anterior, com projecto provado e a executar pelo Instituto Português da Juventude/Movijovem.

10. – Não se prevêem a construção de parques infantis nas Freguesias Rurais – que defendemos sejam no mínimo de onze.

Por todos os fundamentos apresentados, se torna conseqüente a abstenção dos signatários.

Portalegre, 23 de Dezembro de 2002. ”

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo outros assuntos a tratar foi, pelo Senhor Presidente, encerrada a reunião, eram 09,30 horas do dia 20 do corrente, da qual foi lavrada a presente acta, que vai ser devidamente assinada, depois de lida e aprovada.-----

E eu, _____, Chefe de Divisão Administrativa e Recursos Humanos, a redigi e subscrevo. -----